

O deputado do MPD para a ilha do Fogo, Eurico Monteiro criticou hoje a intervenção das autoridades no apoio aos deslocados da erupção vulcânica do Fogo. "A desorganização ainda reinante é inaceitável", disse. O deputado apontou o dedo às condições "indignas" de habitabilidade e criticou a forma em como os alimentos e medicamentos são distribuídos. Pediu que se distribua dinheiro directamente às famílias por forma a terem maior autonomia. Já o deputado Júlio Correia (PAICV, mesma ilha) reconheceu as "insuficiências que possam ter existido". Entretanto garantiu não conhecer nenhuma situação de catástrofe gerida sem constrangimentos. "Numa quinzena, cada família recebe entre um a um quilo e meio de frango e peixe - comprados pelo serviços de Protecção Civil e distribuídos pela Cruz Vermelha. As famílias não têm água em casa nem dinheiro para a comprar", disse Eurico Monteiro ao criticar as "contingências" a nível de distribuição de água, comida e medicamentos. "A compra de medicamentos é uma dor de cabeça, tendo as famílias que mendigar. Muitas vezes acabam por desistir", lamentou. Pelo que perguntou o porquê de não se disponibilizar directamente dinheiro às famílias por forma a fazerem a sua gestão e terem opções em função das suas necessidades. Estas situações têm criado "no meio deste drama" uma relação de dependência que vai prejudicar na sua óptica a reconstrução do modo de vida de Chã das Caldeiras. Este eleito nacional criticou igualmente as condições precárias de habitabilidade, "seis meses após o início da erupção, a desorganização ainda reinante é inaceitável". Exemplificou com vários casos: famílias com 10 membros a viver em tenda; falta de energia eléctrica mesmo com geradores disponíveis; famílias despejadas por falta do pagamento das rendas; outras abandonam as habitações por vergonha e pressão dos proprietários. Ainda há outras, segundo afirmou, a viverem em garagens sem condições mínimas (água, cozinha, nem casas de banho). Eurico Monteiro lembrou igualmente em jeito de crítica que o Primeiro-Ministro, José Maria Neves, tinha garantido no início deste processo que a falta de recursos nunca seria um argumento a usar pelo Executivo nesta matéria. Não obstante, as "Casas para Todos" (112, concluídas há cerca de um anos) - continuam de portas fechadas. A reabilitação das 110 habitações (construídas quando da erupção de 1995) ainda não iniciou. Lamentou lembrando as promessas de José Maria Neves em como começariam em Janeiro passado, reforçou. "Mais vale tarde do que nunca" concluiu, pedindo uma intervenção "urgente e concertada. Mas, com acções concretas destinados a resolver problemas concretos". O deputado do PAICV para o Fogo, Júlio Correia, disse não desculpar das "insuficiências que possam ter existido". Mas defendeu realçando que não conhece nenhuma situação de catástrofe que tenha sido gerida sem constrangimentos. Espera que "alguns constrangimentos ainda existentes tenham os dias contados". Posicionou-se no entanto contra a proposta de disponibilizar dinheiro directamente às famílias. Sanny Fonseca